

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Gazeta Mercantil

Class.: 323

Data: 25/04/85

Pg.: _____

Ministério vai mediar conflito no garimpo

por Eliano Simonetti
de Brasília

O Ministério da Justiça assumiu a responsabilidade da negociação entre garimpeiros e empresas de mineração na área fronteira com a Bolívia. Segundo José Paulo Cavalcanti Filho, secretário geral do ministério, é possível a negociação entre as partes envolvidas em conflito na região. Evitam-se, assim, as mortes que certamente ocorreriam com a tentativa de expulsão pura e simples dos invasores das terras reservadas à pesquisa da C.R. Almeida Mineração.

O governador de Rondônia, Angelo Angelim, que esteve ontem no Ministério da Justiça, explicou a este jornal que existe uma portaria do Ministério das Minas e Energia que proíbe a garimpagem em áreas de segurança nacional. O Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM), no entanto, concedeu alvará de pesquisa à Geopala, que, por não ter condições técnicas e financeiras de efetuar a pesquisa, repassou o alvará à C.R. Almeida, em transação que, por si só, é questionável, já que o alvará de pesquisa emitido pelo DNPM é intransferível. As pesquisas da C.R. Almeida foram feitas em terra. Os garimpeiros — cerca de dez mil — que invadiram a área da empresa procuram ouro no rio Madeira. Para defender sua área, as empresas de mineração obtiveram liminar de reintegração de posse de um juiz de Rondônia, que mandou expulsar de lá os garimpeiros.

O secretário geral do Ministério da Justiça esclareceu ontem os episódios que

se seguiram, e que, segundo ele, ficaram mal explicados em matéria publicada neste jornal. Diante da ameaça de um confronto direto entre os garimpeiros — que se recusam a sair do local — e a Polícia Militar, o governador de Rondônia pediu ao ministério que desse seu parecer acerca da incompetência do juiz para agir naquela área, de fronteira internacional. O telex, enviado pelo ministério, deu sustentação ao procurador da Justiça de Rondônia que, em nome de um garimpeiro, pediu a suspensão da liminar concedida pelo juiz. César Montenegro, presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia, examinou a petição e despachou a suspensão da liminar. De posse da decisão de juiz, o governador pôde conter os homens da Polícia Militar, evitando assim a ocorrência de mais mortes na região. Para Cavalcanti, a preocupação do Ministério é manter a paz. Ele diz que "não pretende substituir o Judiciário, mas não pode ficar impassível ante a perspectiva de morticínio".

Segundo Angelo Angelim, estão hoje na região de Periquitos cerca de cinquenta policiais militares, para manter a disciplina, desarmando os homens e proibindo o tráfico de drogas — que estava sendo feito por bolivianos — e a prostituição.

A idéia do governo, das empresas e dos garimpeiros, agora, é negociar. Existe inclusive a possibilidade de ser cancelada a portaria que proíbe o garimpo em regiões de segurança nacional e da liberação, com isso, de 15 a 20 quilômetros do rio para essa atividade.